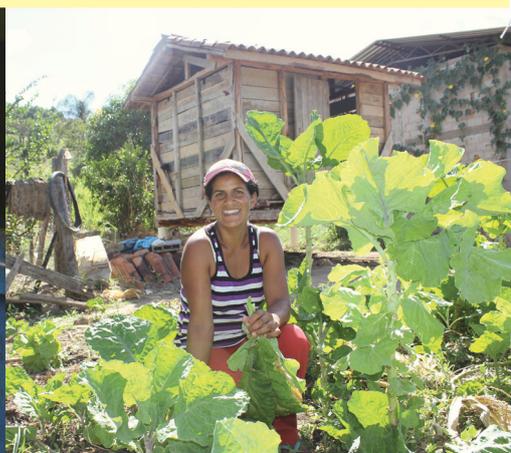


Caderneta Agroecológica: Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia

Antônio Augusto Lopes Neto





Caderneta Agroecológica:
Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia
(Junho de 2018)

Apoio: Fundo Socioambiental CAIXA

Coordenação do Programa Mulheres e Agroecologia: Beth Cardoso
Coordenação Editorial: Cecília Feital

Imagens: Arquivo CTA-ZM
Texto: Antônio Augusto L. Neto
Diagramação: Wanessa Marinho
Revisão de Texto: Márcia Kasai, Wanessa Marinho
Colaboradoras: Isabel de Luanda, Sinthia de Oliveira

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)
Sítio Alfa – Violeira, Zona Rural, Viçosa-MG
Caixa Postal 128 - CEP: 36.570-970 - Tel/whatsapp: (31) 3892-2000
cta@ctazm.org.br
<http://www.ctazm.org.br>
<https://www.facebook.com/CTAZM/>
<https://youtube.com/ctacomunica>



Realização:

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)

Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML)

Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA)

Projeto Mulheres da Mata: Sustentabilidade com Autonomia Econômica

1. Apresentação

O presente texto é resultado do trabalho de acompanhamento e sistematização das informações coletadas durante a pesquisa “Caderneta agroecológica (CA)” do programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

A CA é uma proposta de monitoramento da produção da agricultura familiar e camponesa com o objetivo de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica, sobretudo das mulheres agricultoras. Este trabalho de acompanhamento, realizado em 12 municípios da Zona da Mata mineira (entre 2013 e 2018), registrou e sistematizou as informações coletadas a partir da CA de 64 mulheres agricultoras, gerando um banco de dados que pretende apresentar as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres na região, além de aprofundar a reflexão sobre as experiências das mulheres na agroecologia, estabelecendo um diálogo com o feminismo na luta das mulheres camponesas.

A CA incorpora as contribuições da economia feminista, que amplia a noção clássica da economia, incorporando a dimensão do trabalho doméstico e de reprodução como parte de um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida e não apenas em relações de mercado. Com isso, contribui para dar visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho invisível e não remunerado como mecanismo de submissão e exploração. A CA é, portanto, fruto deste esforço intelectual e político das mulheres de construir novas ferramentas de análise da realidade social e econômica.

A CA é também a afirmação de que as mulheres camponesas devem ser reconhecidas como protagonistas da agroecologia. Estudos comprovam que as mulheres, por serem responsáveis pela alimentação e saúde da família, têm sido responsáveis pela transição agroecológica ao garantir perpetuação de uma imensa diversidade de plantas e animais.

A agroecologia se expressa na produção das lavouras, hortas, pomares, cozinhas e quintais, na produção para venda, troca, doação e autoconsumo e nas práticas adotadas pelas famílias. Mas nem sempre a sua renda, ou o equivalente de renda, é contabilizado no cálculo da renda familiar.

Essa mesma falta de visibilidade acontece com a produção das mulheres na agricultura familiar e camponesa. Percebemos que as mulheres, além de se ocuparem com a produção principal das unidades produtivas, ainda se ocupam com uma produção que quase sempre fica a cargo somente delas, como os doces, os queijos, as conservas, a criação de pequenos animais e os artesanatos.

Nesse sentido, o trabalho da CA se apresenta num momento oportuno, onde se torna premente o debate em torno de novos paradigmas que apontem na direção de uma nova sociedade, que seja justa, igualitária e sustentável.

A seguir apresentaremos os principais resultados conquistados com a Caderneta Agroecológica.

2. Introdução



A sistematização das experiências agroecológicas tem sido o caminho comum que as entidades que lutam no campo agroecológico escolheram para fortalecer esse novo paradigma de desenvolvimento rural.

Não é raro a utilização deste recurso metodológico para a troca de conhecimentos entre técnicos, agricultores e ativistas, que passam a assumir o conhecimento concreto dos camponeses como eixo dinamizador do processo de transição agroecológica. É a partir dessas experiências, localizadas nos mais distintos contextos e territórios, que tem se tornado possível a construção de novos referenciais metodológicos.

Muitas são as experiências bem sucedidas apresentadas, muito embora, sob um olhar mais criterioso, percebe-se que os homens em sua grande maioria têm sido apresentados como os únicos protagonistas, levantando o questionamento sobre onde estão as mulheres camponesas.



São raros os estudos com enfoque na contribuição do trabalho produtivo realizado pelas mulheres em agroecossistemas. Os estudos no campo agroecológico, em geral, destacam a contribuição da família ou do homem, o que, sem questionar as relações sociais de poder vigentes, acarreta na total invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino.

A estrutura social dos gêneros imposta pela sociedade patriarcal capitalista separa e hierarquiza o trabalho, impondo uma divisão não natural entre mulheres e homens, entre produtivo e reprodutivo, entre público e privado.

Desqualificado e ocultado, o trabalho doméstico historicamente é imposto como dever e obrigação das mulheres. Dessa forma, são naturalizados e por consequência invisibilizados. Os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundarizados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços onde os homens estão presentes.

É fato que as mulheres desempenham diversas atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não-agrícolas. Isto é, há um amplo leque de contribuições feitas pelas mulheres que simplesmente não são reconhecidas como trabalho e não são contabilizadas dentro da lógica mercantil que rege os mercados capitalistas. As desigualdades nas relações de gênero constituem um obstáculo na construção da agroecologia e as organizações têm buscado novos enfoques metodológicos sensíveis a essa temática. Consolidando a premissa de que “Sem Feminismo não há Agroecologia”, a caderneta agroecológica ganha legitimidade na medida em que busca dimensionar a contribuição produtiva das mulheres camponesas na Zona da Mata de Minas Gerais.

Elaborada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), a CA é um instrumento metodológico que tem contribuído para construir novos caminhos em busca do fortalecimento da agroecologia. Nela, as agricultoras registram diariamente

a quantidade e renda obtida com a doação, a venda, o consumo e a troca de produtos e serviços elaborados a partir do seu trabalho. Construído a partir das demandas das agricultoras, a CA é um instrumento político, econômico, social e ambiental na medida em que trazem todas essas dimensões no seu cerne, contribuindo para a transformação técnica e econômica, condicionando novas relações sociais que pautem gênero e articulando novos territórios na Zona da Mata mineira. Articulando 64 famílias, em 12 municípios, a sistematização das informações trouxe importantes contribuições para o debate entre Feminismo e Agroecologia, que carece de informações concretas.

Ao longo do texto apresentaremos os principais resultados desse monitoramento. Para podermos entender melhor a contribuição da CA, o presente texto busca descrever e contextualizar todo o processo de monitoramento e sistematização destas informações coletadas que foram possíveis graças ao financiamento promovido pelo Fundo Socioambiental CAIXA.







3. Feminismo e Agroecologia: um debate necessário

A agroecologia tem se apresentado como principal eixo dinamizador do debate em torno dos modelos alternativos de desenvolvimento do campo. Pautado por forças progressistas, a agroecologia emergiu como possibilidade nas últimas décadas, inclusive na academia, já que se apresenta como um campo científico interdisciplinar que traz os saberes populares como pedra de torque.

Ao criticar as bases atuais sob as quais a relação sociedade/natureza é assentada, a agroecologia chama a atenção para as modernas formas de produzir, ao mesmo tempo em que “aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro ambiente ou outro ser humano” (ANA, 2008, p. 68).

Desta forma, a agroecologia se apresenta não apenas como um campo científico, mas também como projeto de desenvolvimento do campo, onde traz a preocupação com as relações sociais a ela atreladas, que tem sido marcada por desigualdades de gênero, raça e classe.

Historicamente apartadas da esfera produtiva, as mulheres sempre estiveram associadas ao espaço privado. E a superação dessa subordinação e invisibilidade, segundo Butto (2011), tem sido objeto da ação política de diversos movimentos de mulheres e grupos organizados em movimentos sociais mistos desde os anos de 1980.

O aparecimento das principais pautas feministas nos movimentos agroecológicos, além do fortalecimento da ação e do empoderamento das mulheres ao longo das últimas décadas – vide a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas – torna oportuna a reflexão sobre o papel e os desafios das mulheres na luta agroecológica, já que compreendemos que feminismo e agroecologia são parte de um mesmo projeto de transformação da sociedade.

As mulheres agricultoras ao atuarem nos quintais permitiram a existência de uma infinidade de animais e plantas que hoje compõem nossa alimentação das mais variadas formas e cores. Esses alimentos são fruto do conhecimento produzido por elas a partir da experiência concreta do contato com a natureza.

Este conhecimento, essencial para a reprodução da vida, vem sendo, sistematicamente, negligenciado e substituído por uma racionalidade hegemônica com seu modo “particular” de produzir conhecimento, acarretando na homogeneização e uniformização da produção alimentar, que, por conseguinte, tem causado a fome e a insegurança alimentar de milhões de pessoas.

Esse pensamento moderno, que é machista e patriarcal, impõe uma divisão sexual do trabalho que segrega e hierarquiza, submetendo e invisibilizando as mulheres, que assumem condições de trabalhos degradantes, naturalizadas pelas relações sociais dominantes.

É fato que as mulheres estão presentes em todas as atividades produtivas e não produtivas, agrícolas e não-agrícolas. Ou seja, há um amplo leque de contribuições feitas pelas mulheres que simplesmente não são reconhecidas como trabalho e, portanto, não são contabilizadas dentro da lógica mercantil que rege os mercados formais. Nesse sentido, os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundarizados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços onde os homens estão presentes.



Os quintais produtivos, por exemplo, são vistos como extensão do espaço doméstico e não são percebidos enquanto espaços produtivos, já que “não geram riquezas”, como afirma a economia clássica. Os quintais produzem para o autoconsumo, para manutenção das famílias durante os períodos de escassez, para garantir a soberania alimentar das famílias, mas não para o mercado. Assim, a invisibilidade da produção nos quintais parte do não reconhecimento do trabalho realizado no território privado, sendo esse historicamente reconhecido como “dever das mulheres”.

A estrutura social dos gêneros organiza o trabalho doméstico como dever e obrigação das mulheres. Dessa forma, é naturalizado e por consequência, invisibilizado. Assim como



o trabalho doméstico, a produção dos quintais é naturalizada e passa despercebida na composição de renda da família.

A contribuição desse trabalho se insere justamente dentro desse espectro, e propõe apresentar a experiência das mulheres, permitindo, entre outras coisas, dar visibilidade ao debate de gênero no meio rural, consolidando o debate feminista acerca das condições de precariedade e inferioridade que as mulheres camponesas se encontram.

Apoiando a crítica da economia feminista que incorpora o trabalho doméstico e de cuidados na análise do sistema socioeconômico como parte de um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida humana

e não apenas nas relações de mercado,

a Caderneta Agroecológica contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres e reconhecer o trabalho não remunerado feito por elas como parte de um mecanismo que as oprime e explora.



4. Mulheres Rurais, Sujeitos Sociais

A conquista de espaço e reconhecimento do trabalho da mulher é uma luta que vem se perpetuando por séculos. Muitos embates são enfrentados dia a dia, principalmente quando o assunto é relacionado à renda e o sujeito são as mulheres do campo. Diversos são os preconceitos e desvalorização de um trabalho árduo e carregado de estereótipos.

Entretanto, após anos de lutas, muitas conquistas estão sendo alcançadas, entre elas podemos citar a independência e visibilidade financeira através da Caderneta Agroecológica, que é muito mais que um instrumento para contabilizar a produção, é um instrumento de autonomia e independência, um meio de tornar visível e mostrar o valor de um trabalho.

Este instrumento revolucionário vem transformando a vida de muitas mulheres. Uma experiência que começou na Zona da Mata mineira, hoje já é utilizada em quase todo o território brasileiro, fazendo com que muitas agricultoras ocupem seus espaços e conquistem seus direitos.

Segundo as agricultoras quilombolas do Paraná, o trabalho dos homens sempre teve visibilidade. A horta, os produtos que são produzidos nos quintais nunca apareciam e não ganhavam destaque nas despesas da família. Quando elas começaram a anotar até se assustaram com o tanto que produziam. Perceberam que deveriam valorizar a produção e se auto valorizarem, pois produzem alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Sendo assim, colocaram um preço melhor, algo que fosse de acordo com os seus esforços. E a satisfação vem mesmo no final do mês.

Quando somam tudo, veem o tanto que contribuem nas despesas. Um trabalho escondido, que até então não tinha valor.

Já para as indígenas de Roraima, antigamente não conheciam esse trabalho, sempre foram artesãs, mas nunca conseguiam ver o que faziam, o que vendiam, o que gastavam e para onde o dinheiro ia. Na comunidade indígena é bem difícil a questão de doar, trocar, pois todas produzem e também enfrentam uma grande dificuldade de comercializar em razão do difícil acesso à cidade onde moram.

Com isso, só vendem quando os transportadores passam na comunidade (comprando barato para vender caro na cidade). Apesar desses empecilhos, elas se consideram vitoriosas e na responsabilidade de continuar divulgando esse trabalho, que está dando muito certo, para outras companheiras conseguirem também ver o valor do trabalho que realizam.

“Me considero uma professora do campo, anotando na caderneta estou escrevendo muito e aprendendo o verdadeiro sentido da agroecologia”.

disse dona Vanda.

Elas relataram também que a articulação/contato com outras regiões do Brasil está fortalecendo ainda mais o movimento agroecológico e também o reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas. E a participação em eventos fora da cidade é uma forma de trocar experiências, expor os produtos e até comercializar.

Além desse histórico de reconhecimento, empoderamento e visibilidade do trabalho, muitas agricultoras estão utilizando a caderneta para outros fins. De acordo com uma agricultora urbana do Rio de Janeiro, a caderneta foi um meio para negociar com a EMATER, ou seja, uma forma de provar que ela tem renda, que produz e assim conseguir a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Muitas são as histórias que estão sendo reconstruídas através da caderneta, algo que parecia tão simples, está transformando vidas e fazendo com que muitas mulheres camponesas ergam suas cabeças em meio a tantos problemas e acreditem no seu potencial. E como muito bem colocou uma agricultora do Pará:

“A caderneta tá falando até demais. Tudo que eu plantei, eu anoto e ela fala.

A caderneta tá falando até demais. Tudo que eu vendi eu anoto e ela fala.”







*“Não podemos recuar,
mas sim ecoar nossa voz!”*

(frase dita por uma agricultora em um evento
de socialização dos resultados da caderneta)



5. Quem são e onde estão essas mulheres

O território de atuação do projeto abrange 12 municípios da Zona da Mata mineira. Sendo uma das doze mesorregiões do estado, segundo classificação do IBGE, está localizada no sudeste de Minas Gerais, fazendo divisa ao leste com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Os índios que povoaram antigamente esta terra vieram do litoral fluminense e capixaba. Junior (2005), em seu livro “Folguedos da Mata”, ressalta que com o crescente processo de exploração da Mata Atlântica muitos bandeirantes se aventuraram, também na Zona da Mata, atrás destes indígenas. Portanto, esta região foi aos poucos se tornando habitável e recebendo em suas terras: padres, mineradores atrás de ouro, muitos escravos, soldados, aventureiros e lavradores.

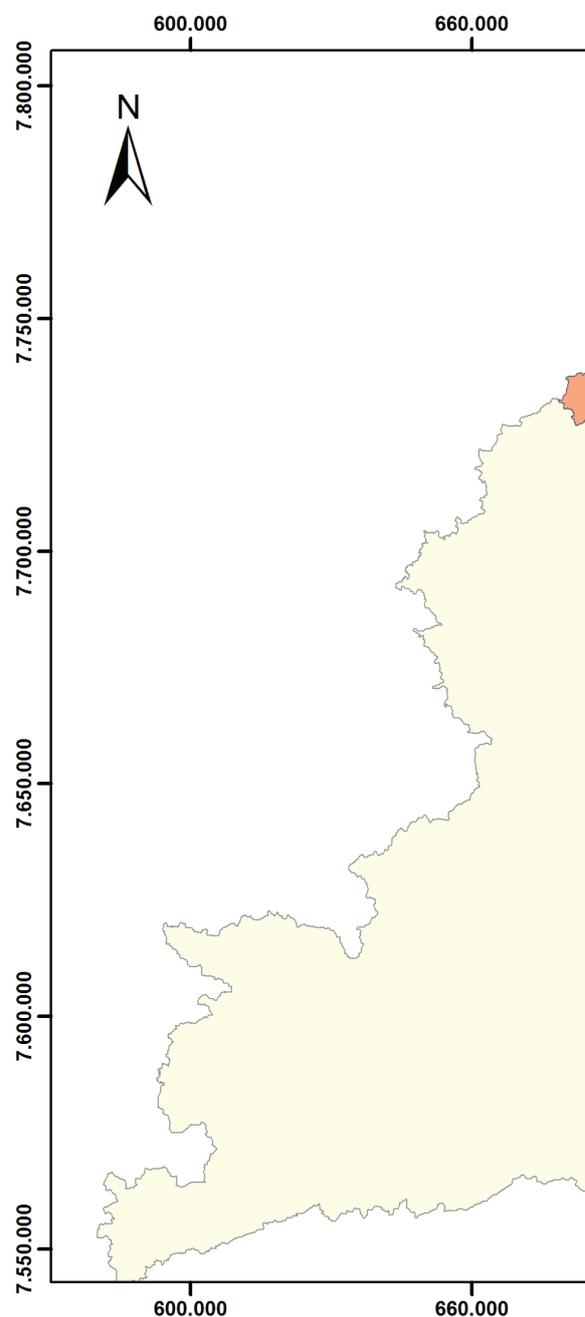
A busca de ouro na Zona da Mata não obteve muito sucesso, considerada insignificante quando comparada com as descobertas das grandes lavras de ouro na região de Mariana e Ouro Preto. Assim, a região se torna de domínio das grandes fazendas de café, atraindo os mineiros, empreendedores, homens livres e escravos da área do ouro. A cultura popular e a agricultura, portanto, são elementos marcantes das diversas microrregiões que constituem a Zona da Mata mineira, onde também se percebe uma significativa desigualdade social.

Do ponto de vista da matriz produtiva, ainda há o predomínio do monocultivo do café na região, tanto por fatores históricos, quanto pelo modelo de modernização da agricultura. Na década de 1970, dentre tantas políticas de fomento, o Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) foram determinantes para a intensificação desta cultura.

No entanto, a estrutura fundiária da região é de predominância de minifúndios, pois historicamente houve um processo de sucessivas divisões das propriedades em função das partilhas por herança e, atualmente, em geral, os agricultores possuem pouca terra para trabalhar.

Por outro lado, em alguns municípios como Viçosa, Visconde do Rio Branco e Paula

Sistematiza



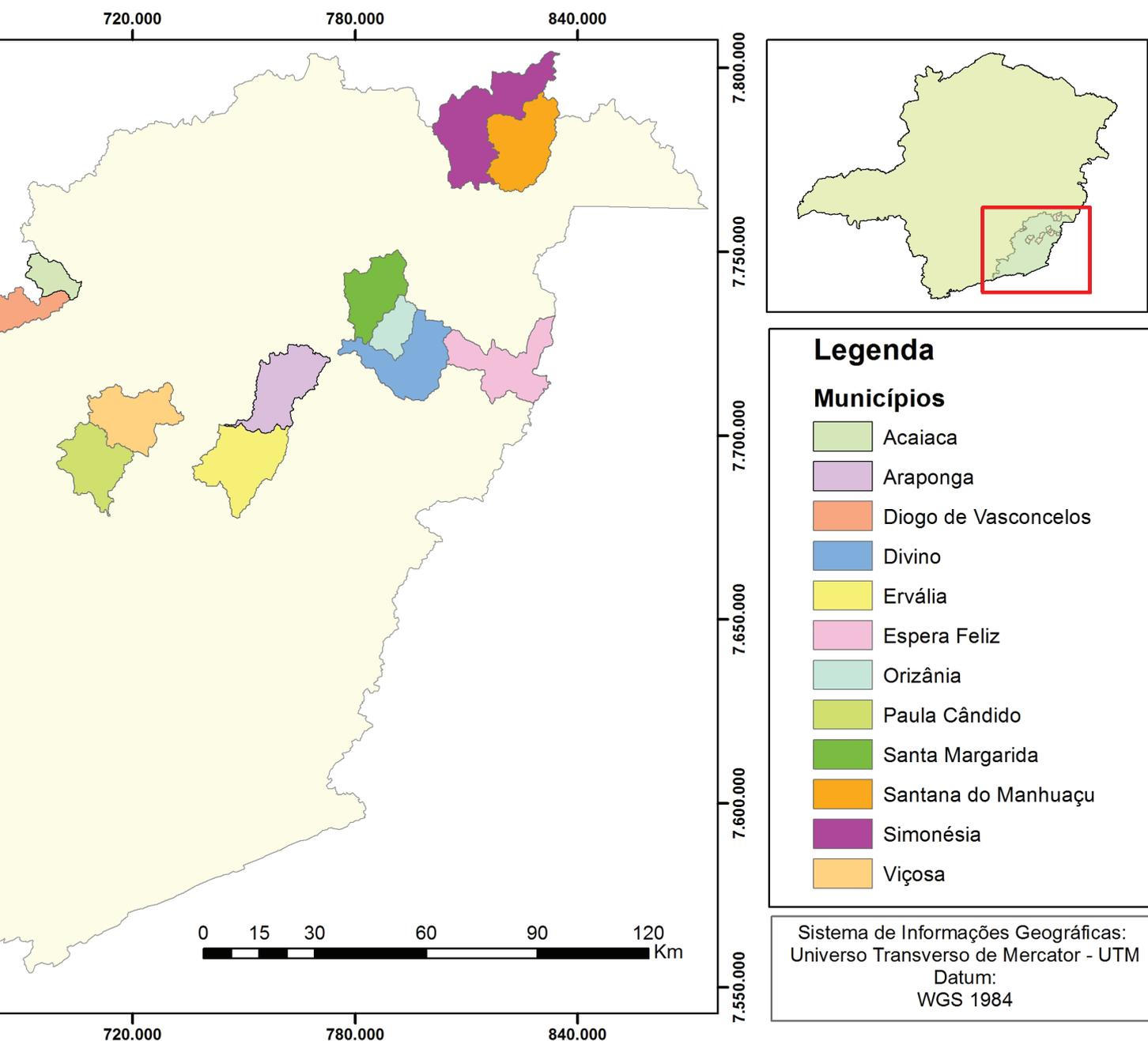
Cândido já há processos de integração com os grandes complexos agroindustriais da cadeia de produção de frangos, como a Pif Paf, ou de frutas, como a TIAL. Em Guidoival predomina a produção de hortaliças, com uso intensivo de agrotóxicos.

No entanto, mesmo nos municípios onde a monocultura do café é a principal cultura comercial, como Espera Feliz, Divino, Santana do Manhuaçu, Simonésia e Araponga, percebe-se a existência de uma grande variedade de sistemas produtivos (banana, feijão, milho, gado de corte e de leite, criação de pequenos animais, hortaliças,

frutas, entre outros).

Também é possível perceber a influência de algumas etnias indígenas que habitaram a Zona da Mata (como os Puri) na forma de produzir e se relacionar com a natureza. Em alguns municípios, a exemplo daqueles que se situam no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, é evidente a maior conscientização ambiental da população, mesmo antes da criação da unidade de conservação. Como resultado, podese observar o desenvolvimento de uma matriz produtiva que se concilia com a conservação e recuperação ambiental.

ção da Caderneta Agroecológica



Existem também municípios, como Acaiaca, em que praticamente não há a cultura do café, combinando uma agricultura diversificada e a produção de leite, com outras atividades. Esta diversidade aliada a estratégias de geração de renda, contribuem para o atendimento do mercado local e dos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a garantia da segurança alimentar e nutricional, aumento de renda das famílias e inclusão produtiva de mulheres e jovens.

Ainda segundo o IBGE, a Zona da Mata é a terceira das doze mesorregiões de Minas Gerais em quantidade de agricultores familiares. A dimensão econômica da agricultura familiar, em termos de PIB agropecuário, se aproxima dos 20% do PIB total em Acaiaca e Espera Feliz, sendo que em Divino esse valor chega a 27% do PIB total. (IBGE, Censo Agropecuário 2006). Estes dados são muito significativos, pois representam municípios pequenos que têm na agropecuária sua principal atividade econômica.

O que se percebe na prática é que a situação é pior do que os indicadores econômicos e as estatísticas apontam, uma vez que estes tratam de médias, e verificamos a existência de bolsões de pobreza rural, com milhares de famílias vivendo em condições muito precárias na região. Outro elemento que falseia as estatísticas é a produção de café que, sendo uma commodity com alto valor de mercado, influencia no aumento das médias de renda agrícola.

Embora a região apresente problemas de pobreza e exclusão social, o cenário só não é mais grave devido ao processo histórico de organização social da agricultura familiar na região. A intervenção da igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cumpriu importante papel no processo de reflexão e organização sociopolítica na região, a partir da década de 70.

Por meio das CEBs o clero e os agentes pastorais realizavam uma série de ações para despertar a consciência política e social nas comunidades rurais.

Ao mesmo tempo, o movimento sindical existente na região, dava sustentação às reivindicações por mudanças e transformações sociais. Atualmente, além do movimento sindical, existem outros movimentos sociais do campo atuantes na região, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas.

Resultado deste imbricado processo de organização sociopolítica, pode-se observar atualmente a existência de associações e cooperativas, bem como os diferentes movimentos sociais atuando como um aspecto estratégico na luta de agricultores e agricultoras por direitos, políticas públicas e pelo desenvolvimento rural sustentável.

No que se refere às mulheres, percebe-se um processo de invisibilidade do seu trabalho, de suas demandas e vontades, próprio do sistema patriarcal que organiza a sociedade. Diversos estudos têm destacado que as mulheres agricultoras trabalham no conjunto de atividades da “agricultura familiar”: preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, entre outras atividades. Na maioria dos casos elas são responsáveis pelo sustento alimentar das famílias; pela manutenção da biodiversidade; pela preservação das águas e das matas e, ainda assim, historicamente foram invisibilizadas nas políticas e programas de apoio à agricultura (CARDOSO et.al., 2003). Como também acumulam o trabalho doméstico e de cuidados com a família, a sobrecarga de trabalho das mulheres resulta na falta de tempo para cuidados pessoais e com a saúde, assim como para a realização de atividades de lazer, estudos e participação política.



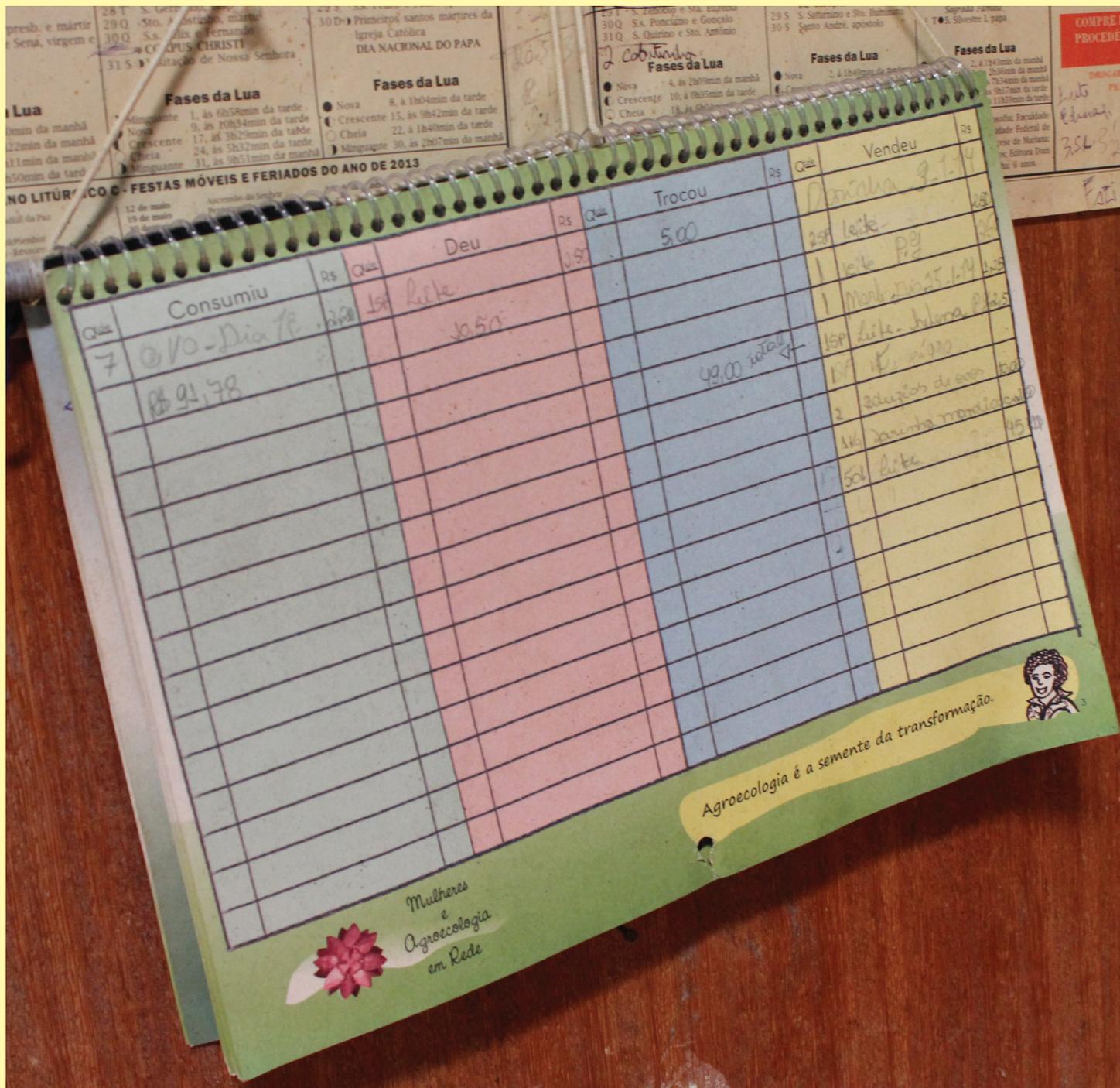
A pesquisa “Gênero e Construção do Espaço: Agricultoras e Agroecologia na Zona da Mata Mineira” (2010) realizada pelo CTA-ZM, buscou analisar as relações entre gênero e agroecologia, tendo como referência o lugar ocupado pelas mulheres no contexto da agricultura familiar, além de qualificar a abordagem de gênero nas ações desenvolvidas pelas organizações.

Os dados revelaram que as mulheres estão ausentes nos espaços de discussão e decisões políticas, como sindicatos e associações. Elas ocupam, em geral, espaços domésticos e religiosos, o que limita o contato com informações, principalmente relacionadas a leis e direitos, políticas de acesso a créditos e mercado.

Por outro lado, a Caderneta Agroecológica demonstrou que é evidente a importância dos quintais na produção de alimentos e na saúde da família, além da geração de renda.

Também se constatou que as mulheres têm sido fundamentais para o manejo agroecológico dos quintais e para a manutenção desses subsistemas funcionando. Quanto à renda não monetária, gerada pela produção para o autoconsumo, pode-se afirmar que, em média, cerca de 70% de todos os produtos utilizados mensalmente são provenientes principalmente da produção das hortas - responsáveis por prover a maior parte da alimentação das famílias monitoradas.

Por sua vez, a renda monetária oriunda da venda dos gêneros alimentícios produzidos nesses quintais supera em muito o valor para o autoconsumo e, em algumas famílias, esta tem sido a principal fonte de renda, o que gira em torno de dois salários mínimos por mês.



6. Caderneta Agroecológica: o que tem a nos dizer?

A etapa de sistematização das informações levantadas no monitoramento das Cadernetas Agroecológicas adotadas pelas mulheres na Zona da Mata mineira, considerando o universo de 64 mulheres envolvidas diretamente nesta atividade, permitiu inferir algumas constatações, em função de todo processo, bem como das reflexões produzidas coletivamente pela equipe do projeto e as mulheres agricultoras.

Trabalho e renda, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional, feminismo, são temas que estão diretamente relacionados à Caderneta Agroecológica e a seus resultados, fruto do trabalho invisível das mulheres no interior de cada propriedade.

A caderneta se configura como uma estratégia voltada para valorizar e visibilizar o

trabalho realizado pelas mulheres na agroecologia, além de permitir o empoderamento e o fortalecimento das agricultoras. A análise dos dados coletados tem mostrado resultados muito expressivos, ressaltando que o trabalho das mulheres garante uma renda monetária e não monetária significativa para a família, muitas vezes superior às culturas “principais” como o café.

A produção no quintal, quando não é monitorada, não apresenta a renda que gera, principalmente porque grande parte da produção é consumida pela própria família, vizinhos e amigos e porque os produtos são comercializados aos poucos, ao longo de cada semana, sendo o recurso recebido cobrindo pequenas gastos que surgem ao longo dos dias, sem que se tenha a real importância e montante gerado.

Podemos afirmar que o valor produzido para o autoconsumo, fazendo uma média de 12 meses entre todas as famílias, gira em torno de 100 reais por mês, proveniente principalmente das hortas. A maior parte da alimentação das famílias camponesas, cerca de 70%, sai dos quintais, o que mostra a capacidade desse sistema em produzir alimentos de qualidade, garantindo a soberania e segurança alimentar dessas famílias. A renda oriunda da venda dos gêneros alimentícios produzidos nesses quintais supera em muito o valor para o autoconsumo. Para algumas famílias a renda produzida nos quintais tem sido a principal renda da família, o que gira em torno de dois salários mínimos.

Por outro lado, a cultura “principal” como o café é comercializado somente uma vez ao ano e o produtor tem a ilusão de que está recebendo muito mais. No entanto, quando este recurso é diluído ao longo de 12 meses e são computados os gastos de mão de obra e insumos da lavoura pode-se perceber que o lucro é menor, gerando muitas vezes o endividamento das famílias. É importante notar que a renda das famílias é gerada pela multifuncionalidade das mesmas, ou seja, a renda total é fruto de muitas atividades e outras fontes,

como a aposentadoria e o trabalho das mulheres.

A Caderneta também possibilitou o planejamento e a tomada de decisões do que produzir no quintal. Muitos produtos eram pouco valorizados pela família e ao perceber o ganho que eles geravam, se passou a potencializá-los, aumentando a renda. O próprio mercado passou a demandar novos produtos, e, como as mulheres relatam, foi importante para a diversificação da produção e da alimentação da família, favorecendo a saúde e segurança alimentar.

Em trabalho realizado em uma propriedade, em um quintal de apenas 2.400 m², foram contabilizadas 118 espécies vegetais agrupadas em 51 famílias botânicas diferentes e mais cinco espécies animais. Além disso, no banco de sementes, esta mesma mulher, conserva material de 35 variedades crioulas de 11 espécies vegetais. A partir desta conscientização elas passaram a discutir e a fazer intercâmbios entre os quintais, trocando experiências e aprofundando a importância da transição agroecológica.

Quanto ao manejo é possível observar o uso de várias práticas agroecológicas, como o uso de cobertura morta, adubação orgânica, uso de caldas caseiras, homeopatia aplicada à família e também à agricultura, conversa com as plantas e animais, uso responsável das fontes de energias, rotação de culturas etc. Mas talvez o principal benefício tenha sido em relação à autoestima destas mulheres. Elas perceberam que aquilo que elas fazem é importante para a alimentação, saúde e para a geração da renda familiar.

Esse aumento de autoestima possibilitou uma forte mudança em relação ao empoderamento das mulheres tanto no nível familiar quanto nos espaços coletivos como sindicatos, cooperativas e associações.



O reconhecimento do seu importante papel na economia familiar é um aspecto transformador na vida das mulheres. As trocas de experiências, a partir do uso da Caderneta Agroecológica, foram fundamentais para conscientizar outras mulheres quanto à importância de sua produção.

Muitas agricultoras começaram a assumir cargos de liderança nestas organizações e a criar seus próprios grupos produtivos. Ao descobrir que suas capacidades vão muito além do espaço doméstico, as mulheres passam a assumir o papel de protagonistas nestes grupos. Percebendo que essa conquista deve ser levada para todas as mulheres, elas começam a fazer mobilizações em suas comunidades e nas atividades que estão envolvidas para que a sua autonomia política, econômica e social seja uma realidade.

Hoje, em muitas propriedades, os homens que não incentivavam a produção e o cuidado com o quintal, passam a valorizar este espaço de produção. Em alguns casos, a mulher tinha que parar a sua produção em períodos críticos como o da colheita do café. Mas agora, com os dados trazidos pelas Cadernetas, ficou claro que é mais lucrativo para a família contratar mão de obra do que a mulher interromper a sua produção específica.

A Caderneta Agroecológica também tem auxiliado algumas mulheres no acesso a políticas públicas como nos casos em que conseguiram comprovar a produção agrícola para acessar a DAP.

8. Referências Bibliográficas

- ANA-Articulação Nacional de Agroecologia. **Mulheres construindo a Agroecologia.** Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.
- BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais:** Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I.(Orgs.) Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CARDOSO, Elisabeth Maria; SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil.** Revista Agriculturas, v. 6, n. 4, dez. 2009.
- CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita:** proposta de novos indicadores com base nas experiências das mulheres. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2012.
- FARIAS, Nalu; NOBRE, Mirian (Org.): **Economia Feminista.** São Paulo: SOF, 2002.
- FERREIRA, Ana Paula; SCHOTTZ, Vanessa. **Intercâmbio e Sistematização de Experiências Protagonizadas por Mulheres.** Vol 1. Rio de Janeiro. 2010.
- Mulheres e Agroecologia:** sistematizações de experiências de mulheres agricultoras, v.1, 2010.
- PACHECO, Maria Emilia. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas Mulheres Agricultoras.** Revista Agriculturas, v. 6, n. 4, dez. 2009.





Agradecimentos

Agradecemos e dedicamos esta revista a todas as agricultoras que se envolveram neste rico processo. Em especial a Maria do Rosário (1950 – 2018) do município de Diogo de Vasconcelos, que nos deixou histórias, aprendizados e muita saudade.

Aline Pereira
 Almezinda Maria Silva
 Ana Maria Alves
 Andreia Rosa
 Aparecida Celestiano
 Aparecida Firmino
 Armezinda Firmino
 Cecília da Consolação
 Cintia Alves Pedro
 Cirlene Borges Querubim
 Cláudia Ferreira Rocha
 Cleunice do Prado Lopes
 Conceição Aparecida
 Débora Zanon Eberman
 Denira Dormiciana
 Edir Oliveira Rodrigues
 Efigênia Marco
 Eliane Aparecida de Souza
 Elis Regina Soares
 Elisabete Henrique Estevão
 Elizete Rangel

Flaviana Soares Ramos
 Helena Lucia Macedo Jozelia Aparecida
 Teixeira
 Juliana de Medeiros Diniz
 Lêda Batista de Souza
 Leiliane Aparecida de Almeida
 Mara Rúbia Antunes
 Márcia Regina Donato Silva
 Marcilene Gonçalves Pereira
 Maria Aparecida Martins
 Maria Aparecida Dias
 Maria Aparecida Zanon de Lima
 Maria Cristina de Oliveira Matos
 Maria Cristina Severino
 Maria da Conceição Caetano
 Maria da Penha
 Maria de Lourdes Mateus
 Maria Do Rosário Gertrudes (in memoria)
 Maria Eliete Costa Rufino
 Maria Francisca Gonçalves
 Maria Nadir Lopes Martins

Marlene Estevão
 Marlene da Silva Bernardes
 Marli Do Carmo Vieira Santos
 Marli Estevam Santos
 Mary Vitória Delazzari
 Neuza Alencar Teixeira
 Raiza de Alencar Teixeira
 Renata Aparecida da Rocha
 Renata Vilete de Amorim
 Rosânia de Souza
 Rubia de Souza Antunes
 Sandra Cerqueira Barbosa
 Sirlei Aparecida Antunes
 Solange Borges Peron
 Sonia Aparecida de Souza
 Sonia Teodora
 Sônia Terezinha Ramos
 Terezinha da Silva
 Terezinha Trindade de Souza
 Vera Lucia Ferreira
 Viviani Paula De Moraes
 Vanderlucia Carlos

A produção desta revista foi possível graças ao importante apoio do Fundo Socioambiental Caixa que financiou o Projeto “Mulheres da Mata: Sustentabilidade com Autonomia Econômica”, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

